



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO Nº 20/2026

MODO DE DISPUTA ABERTO

Aplicação Lei nº 14.133/2021

Processo nº: 28/2026

Modalidade: Pregão nº 20/2026

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor preço unitário

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Manutenção.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

O SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura do Município de Carangola – MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 17.726.399/0001-95, com sede na Rua Divino, nº 93, neste ato representado por seu Diretor Geral em exercício, Sr. Vitor Hugo Cosenza Neves, torna pública a abertura de procedimento licitatório para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro, assistido por sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria SEMASA/CGA-041/2023, conforme condições estabelecidas no presente Edital, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 22/06/2026 às 09:00 (nove horas)

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

Este Procedimento Licitatório, em sua integralidade, encontra-se à disposição para consulta, no SEMASA, sito à Rua Divino, nº 93 – bairro Centro – Carangola – MG, CEP: 36800-040, fone (32) 99806-0709 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas.

Carangola - MG, 09 de junho de 2026

Vitor Hugo Cosenza Neves
Diretor Geral SEMASA/CARANGOLA-MG



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

1. DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Manutenção.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 2.1 O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais condições fixadas neste edital e seus anexos.
- 2.2 O presente procedimento licitatório se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3 A obtenção de benefícios a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. DO CUSTO DE OPERACIONALIZAÇÃO

- 3.1 O custo de operacionalização pelo uso da plataforma "Licitanet" de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão.
- 3.2 O e-mail de contato para fornecedores junto a plataforma "Licitanet" é fornecedor@licitanet.com.br e o telefone de contato para os fornecedores junto a plataforma "Licitanet" é (34) 2512-6500 (opção 2).

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.2 Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.
- 4.4 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou o SEMASA/Carangola-MG, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- 4.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas pelo licitante ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.7 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

- 5.1 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
 - 5.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Divino, nº 93, Centro, Carangola-MG – CEP: 36.800-040, na Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG.
 - 5.1.2 Caso a licitante esteja impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo, poderá encaminhar via Correios, endereçado à Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.
 - 5.1.3 As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas via e-mail para: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e/ou pregoeiro@semasacarangola.com.br em dias úteis, das 08h00 às 17h00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.
 - 5.1.4 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
 - 5.1.5 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
 - 5.1.6 As respostas das impugnações serão publicadas no site do SEMASA/Carangola-MG.
 - 5.1.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

- 5.1.8 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.1.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.1.10 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.
- 5.2 A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 5.3 Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.
- 5.4 A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 5.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 5.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.7 Se não reconsiderar a sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.
- 5.8 Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados na Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG.
 - 5.8.1 Caso a licitante esteja impossibilitada de efetuar pessoalmente a entrega, poderá encaminhar via Correios, endereçado a Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.
 - 5.8.2 Os memoriais de recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados via e-mail para: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e/ou pregoeiro@semasacarangola.com.br em dias úteis, das 08h00 às 17h00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.
- 5.9 Os autos permanecerão desde logo com vista franqueada aos interessados na Seção de Compras e Contratos da autarquia.
- 5.10 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 6.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.
- 6.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.
- 6.4 Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.
- 6.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.6 Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 6.7 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.
- 6.8 Não poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas enquadradas nos casos a seguir:
 - 6.8.1 Concordatária, em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 6.8.1.1 As empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar desta licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.
 - 6.8.2 Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.
 - 6.8.3 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- 6.8.4 Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8.5 Empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra empresa do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.
- 6.8.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 6.9 Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor do SEMASA/Carangola-MG, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do mesmo.
- 6.10 Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”**, incluindo **PREÇO, MARCA E MODELO (CONFORME SOLICITA O SISTEMA)**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio da proposta.
 - 7.1.1 O sistema da LICITANET fornece aos interessados a proposta “pré-pronta”, inclusive com o descritivo do item de acordo com o solicitado, para que não ocorra alterações no descritivo, o que não é permitido.
 - 7.1.2 O Pregoeiro e sua Equipe de apoio não analisam marca/modelo de item sendo **de responsabilidade do licitante participante do certame analisar o objeto proposto e fornecer marca/modelo em sua proposta que condiz exatamente com o solicitado no descritivo do item, sem qualquer opção ou alternativa de marca/modelo divergente do descritivo.**
 - 7.1.3 Caso seja verificada divergência futura entre o descritivo do item em relação a marca/modelo apresentada, o licitante vencedor do certame deverá fornecer o objeto com marca/modelo condizentes ao descritivo e arcar com os custos que foram acarretados por esta correção.
- 7.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.
- 7.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do SEMASA/Carangola-MG, em nenhuma hipótese a responsabilidade pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.
- 7.4 As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 7.5 Em caso de identificação do licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo Pregoeiro.
- 7.6 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **PORTAL** e as especificações constantes do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão às últimas.
- 7.7 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 7.9 A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.10 O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 8.1.1 Valor unitário e total do item, marca e modelo, quando for o caso.
 - 8.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no **ANEXO II** do Edital.
 - 8.1.3 Na proposta deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
 - 8.1.3.1 Designação do número desta licitação.
 - 8.1.3.2 Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.2 Não serão consideradas Propostas com oferta de vantagem não prevista neste Edital.
- 8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

- 8.4 Os preços ofertados na proposta inicial serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.4.1 Casos excepcionais e devidamente justificados, serão avaliados pelo Pregoeiro no momento do certame.
- 8.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 8.6 A apresentação da Proposta por parte do licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste Edital e seus anexos e total sujeição à legislação pertinente.
- 8.7 O SEMASA não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos, **DESCCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 9.3 Os licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo Pregoeiro.
- 9.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.5 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente no site <https://licitanet.com.br>, conforme Edital.
- 9.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da fase de lances.
- 9.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8 **O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**
- 9.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.11 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALOR UNITÁRIO E TOTAL** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 9.11.1 Caso seja encerrada a fase de lances e o licitante divergir do exigido, o Pregoeiro poderá convocá-lo no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso o licitante permaneça inerte.
- 9.12 Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R\$ 0,01 entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.13 É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.
- 9.13.1 Excepcionalmente, sendo efetuado lance considerado manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema. Conforme o caso, o Pregoeiro o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.
- 9.13.1.1 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.
- 9.14 Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.
- 9.14.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.14.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.14.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 9.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.16 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 9.17 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

- 9.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>.
- 9.23 Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.
- 9.25 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.26 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.
- 9.27 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 9.27.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 9.27.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021.
- 9.27.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 9.27.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.28 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.28.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 9.28.2 Empresas brasileiras.
- 9.28.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 9.28.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.29 As regras previstas no subitem 9.28 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 9.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.31 Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06.
- 9.31.1 Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.
- 9.31.2 Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.31.2.1 A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.31.2.2 É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento.
- 9.31.2.3 Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.
- 9.31.2.4 Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.31.1, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito.
- 9.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro abrirá pelo sistema eletrônico, tempo de negociação junto ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, na tentativa de se obter melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.
- 10.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

- 10.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 10.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 10.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.11 Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.12 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 11.1 **SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APENAS DO LICITANTE VENCEDOR**, conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/2021.
- 11.2 Logo após a etapa de finalização dos lances ofertados e encerramento das negociações de um melhor valor o Pregoeiro solicitará do licitante vencedor que, no prazo de duas horas, envie todos os documentos de habilitação.
 - 11.2.1 Fica a critério do Pregoeiro a prorrogação do prazo estabelecido no subitem anterior, com o objetivo de se manter o melhor preço aferido e também sanar alguma ocorrência procedimental, inclusive solicitar documentação complementar, caso entenda necessário, observando-se o princípio da razoabilidade.
 - 11.2.2 O licitante vencedor que não apresentar toda a documentação de habilitação dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro, será inabilitado. O Pregoeiro então negociará com o próximo licitante melhor colocado no certame, os itens pendentes.
- 11.3 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 11.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006.
- 11.5 Os documentos de habilitação do licitante vencedor do certame somente serão disponibilizados para acesso público após o encerramento da habilitação dos mesmos.
- 11.6 O licitante será inteiramente responsável por todas as documentações anexadas no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras, bem como acompanhar o andamento da análise documental no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12 DA HABILITAÇÃO

- 12.1 **SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APENAS DO LICITANTE VENCEDOR**, conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/2021.
- 12.2 Logo após o encerramento da etapa de lances e negociação de melhor preço, o Pregoeiro solicitará ao licitante vencedor que envie, no prazo de 2 (duas) horas, todos os documentos de habilitação, por meio de chave de acesso e senha na plataforma eletrônica da LICITANET.
 - 12.2.1 Fica a critério do Pregoeiro prorrogar o prazo para manter o melhor preço ou sanar ocorrências procedimentais, inclusive para solicitar documentação complementar, observando o princípio da razoabilidade.
 - 12.2.2 O licitante vencedor que não apresentar os documentos no prazo será inabilitado, e o Pregoeiro poderá convocar o próximo licitante melhor classificado para apresentação dos documentos pendentes.
- 12.3 As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação mesmo que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.
- 12.4 Os documentos de habilitação somente serão disponibilizados para acesso público após a conclusão da análise pelo Pregoeiro.
- 12.5 O licitante é responsável por todas as documentações anexadas no sistema, devendo acompanhar o andamento da análise documental e assumindo o ônus por desconexão ou não observância de mensagens emitidas pelo sistema.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

12.6 Documentos exigidos para habilitação:

12.6.1 Habilitação Jurídica (conforme cada caso):

- 9.1.6.1 Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- 9.1.6.2 Sociedades Comerciais: contrato social ou estatuto e alterações registradas.
- 9.1.6.3 Sociedades por Ações: contrato social ou estatuto e eleição de administradores.
- 9.1.6.4 Sociedades Cíveis: ato constitutivo e prova da diretoria.
- 9.1.6.5 Empresas estrangeiras: autorização para funcionamento no País.
- 9.1.6.6 MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
- 9.1.6.7 EIRELI: ato constitutivo ou contrato social registrado, com documento dos administradores.

12.6.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- 12.6.2.1 CNPJ
- 12.6.2.2 Inscrição estadual e/ou municipal, se aplicável.
- 12.6.2.3 Certificado de Regularidade do FGTS.
- 12.6.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 12.6.2.5 Certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais vigentes.

12.6.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 12.6.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 exercícios sociais (ou balanço de abertura para empresas com menos de 2 anos).
- 12.6.3.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 12.6.3.3 ME e EPP: balanço dos 2 últimos exercícios.
- 12.6.3.4 MEI: Declaração Anual Simplificada (DASN-SIMEI) ou Declaração Única do MEI (DUMEI).
- 12.6.3.5 MEI constituído no mesmo exercício: relatórios mensais de receita bruta.

12.6.4 Declarações:

- 12.6.4.1 **Declaração Única (fornecida pelo sistema ou preenchida pelo licitante).** O licitante vencedor deverá preencher a Declaração Única diretamente no sistema LICITANET, juntamente com os demais documentos de habilitação, garantindo que todas as informações necessárias à habilitação e ao cumprimento das exigências legais e editalícias estejam contempladas.
- 12.6.4.2 Caso o licitante opte por elaborar sua própria Declaração e anexar ao sistema, esta deverá conter todos os **tópicos obrigatórios aplicáveis a qualquer licitante**; incluir os **tópicos condicionais**, apenas quando a situação do licitante assim exigir (por exemplo, ME/EPP ou outros enquadramentos previstos no edital) e seguir integralmente a lógica e os tópicos destacados na Declaração Única fornecida pelo sistema, garantindo a plena validade da habilitação.

12.7 Regras adicionais:

- 12.8 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.
- 12.9 O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado.
- 12.10 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurado pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação do respectivo licitante.
- 12.11 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 12.12 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.13 O Pregoeiro poderá solicitar, por meio do sistema eletrônico, a apresentação de documentos complementares destinados a esclarecer ou complementar a instrução do processo, devendo o licitante apresentá-los no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação no sistema.
 - 12.13.1 Os documentos complementares referem-se exclusivamente àqueles necessários ao esclarecimento ou confirmação de informações já constantes da proposta ou da documentação apresentada, sendo vedada a inclusão de documento que deveria ter sido originalmente apresentado e que vise suprir requisito de habilitação não atendido, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
 - 12.13.2 Para fins de verificação da autenticidade, validade ou regularidade de certidões e demais documentos apresentados, o Pregoeiro poderá realizar consultas diretamente em sítios eletrônicos oficiais de órgãos emissores ou bases públicas de dados, registrando a diligência em ata, não sendo considerada tal consulta como substituição de documento de habilitação.
- 12.14 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.15 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.16 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

- 12.17 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) e demais equiparadas, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014

12.17.1 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a inabilitação do licitante, sendo convocados os remanescentes na ordem de classificação, assegurado o mesmo direito de regularização às licitantes enquadradas como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparadas.

- 12.18 Quando se tratar de condição material já existente ou passível de regularização, poderá o Pregoeiro promover diligência para verificação da regularidade fiscal e trabalhista mediante consulta aos sistemas oficiais emissores de certidões.

12.18.1 A diligência destinada à confirmação ou atualização de certidão fiscal ou trabalhista não se confunde com a substituição de documentos não apresentados, vedada nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

- 12.19 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

- 12.20 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação.

- 12.21 Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

- 12.22 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e consequentemente, vencedor do certame.

- 12.23 É prerrogativa do Pregoeiro solicitar do licitante habilitado e vencedor do certame que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada aos valores finais obtidos.

12.23.1 Independentemente desta solicitação, os últimos lances ofertados já estarão registrados e na responsabilidade de cumprimento pelo licitante vencedor do certame.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente da Autarquia, caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DA FORMA DE FORNECIMENTO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E GARANTIA

15.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento integral e em entrega única dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI pela empresa vencedora do certame, em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

15.2. Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI deverão atender aos critérios estabelecidos pelas normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente às disposições da NR-06, sendo fornecidos novos, sem uso, de primeiro uso e livres de defeitos de fabricação.

15.3. Todos os EPIs que possuam exigência legal deverão apresentar Certificado de Aprovação – CA válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego no momento da entrega.

15.4. Os materiais deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, admitindo-se apenas produtos equivalentes tecnicamente às referências indicadas, desde que comprovadamente atendam a todos os requisitos exigidos.

15.5. Os equipamentos deverão apresentar adequada resistência, durabilidade, conforto, ergonomia e desempenho, compatíveis com as atividades desenvolvidas pela equipe de manutenção do SEMASA/Carangola-MG.

15.6. As botinas deverão ser fornecidas nas numerações indicadas pela Administração, e os demais EPIs em tamanhos compatíveis com as necessidades dos usuários, conforme informado na ordem de fornecimento.

15.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e identificados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

15.8. A entrega dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI será realizada pelo licitante vencedor, com todas as despesas inclusas, tais como seguro, frete, taxas, impostos e demais encargos incidentes, ficando estas responsabilidades exclusivamente a cargo do fornecedor.

15.9. Não serão aceitos produtos com marcas ou modelos diferentes daqueles indicados na proposta de preços do licitante vencedor, salvo quando expressamente autorizada a substituição por produto equivalente que atenda integralmente às especificações técnicas exigidas.

15.10. O prazo para entrega dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI será de, no máximo, 30 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

15.11. O licitante vencedor ficará responsável pela entrega dos materiais no Município de Carangola/MG, no almoxarifado do SEMASA/Carangola-MG, situado à Rua Divino, nº 93, Centro, Carangola/MG, CEP 36800-040, devendo arcar integralmente com os custos de transporte, entrega e descarga.

15.12. Os materiais fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantidades e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência, estando sujeitos à conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento.

15.13. O recebimento dos materiais ocorrerá de forma provisória, para verificação das quantidades e especificações, e definitiva, após a constatação do atendimento integral às exigências contratuais e legais.

15.14. Constatadas irregularidades, defeitos, avarias, incompatibilidades ou desconformidades nos materiais entregues, o SEMASA/Carangola-MG poderá recusar o recebimento total ou parcial dos itens, devendo a contratada proceder à substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

15.15. Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, observando-se, quando aplicável, a validade mínima exigida para cada item e as condições estabelecidas pelo fabricante, ficando a contratada responsável pela substituição dos produtos que apresentarem vícios ou defeitos durante o período de garantia.

16 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá protocolar a respectiva nota fiscal/fatura junto ao setor competente após a entrega do objeto ou a execução do serviço, observadas as condições de recebimento definitivo.

16.2 O fiscal do contrato e o gestor do contrato, quando houver designação destes agentes, terão o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo da nota fiscal/fatura, para realizar a conferência da execução contratual, o atesto e a liquidação da despesa.

16.3 Concluída a liquidação da despesa, o pagamento será efetuado pelo SEMASA/Carangola-MG em até 5 (cinco) dias úteis, observada a ordem cronológica de pagamentos.

16.4 A nota fiscal/fatura deverá conter o número da respectiva nota de empenho e os dados bancários da CONTRATADA para pagamento, cuja titularidade deverá corresponder ao CNPJ ou CPF constante do instrumento contratual.

16.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, pendência na execução do objeto, documentação incompleta ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, a CONTRATADA será comunicada para promover a regularização necessária.

16.6 O período compreendido entre a comunicação da pendência à CONTRATADA e sua efetiva regularização não será computado para fins de contagem dos prazos previstos nesta cláusula.

16.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, será observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a Administração promover a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa da obrigação.

16.8 O pagamento será realizado mediante transferência bancária para conta indicada pela CONTRATADA ou por boleto bancário regularmente emitido.

16.9 Em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pela Administração, poderá ser realizado pagamento por cheque, que deverá ser retirado na Tesouraria do SEMASA/Carangola-MG por representante legal ou procurador devidamente credenciado.

16.10 É vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas e autorizadas pela legislação

17 DA OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE DA NOTA FISCAL DA CONTRATADA

17.1 O SEMASA é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme dispõe o Art. 2º da Instrução Normativa 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa nº 2.145/2023.

17.2 A licitante vencedora, ao emitir seu documento fiscal, deverá discriminar devidamente a retenção do IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, bem como sua base de cálculo, no campo pertinente de sua Nota Fiscal.

17.3 Caso a licitante vencedora seja isenta da retenção do referido tributo, deverá constar no documento fiscal as devidas informações sobre essa isenção, bem como do enquadramento da mesma como optante ou não pelo Simples Nacional.

17.4 Caso a licitante vencedora não identifique devidamente as informações acima requeridas, o imposto será retido sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, conforme dispõe o Art. 2º, §2º e §3º da Instrução Normativa nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa nº 2.145/2023.

18 DAS PENALIDADES E MULTAS

18.1 As penalidades e multas serão executadas conforme artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

19 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As aquisições da licitação serão custeadas por recurso do Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura de Carangola - MG, à conta da dotação orçamentária rubrica: Função: 17 - Sub-Função: 512 - Programas: 0447-0449 - Atividade: 6002-6003 - Natureza/Despesa: 3.3.90.30.00.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.4 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.5 As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.9 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.
- 20.10 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.
- 20.11 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital.
- 20.12 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços.
- 20.13 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 20.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente no SEMASA/Carangola-MG.
- 20.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.16 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.17 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.
- 20.18 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 20.19 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.
- 20.20 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 20.21 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 20.22 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
- 20.23 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 20.24 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 20.25 À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de 02 (dois) dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

- 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.
- 20.26 O SEMASA poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 20.27 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Carangola-MG.
- 20.28 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.28.1 ANEXO I – Termo de Referência.
- 20.28.2 ANEXO II – Proposta de Preços.

Carangola - MG, 09 de junho de 2026

Vitor Hugo Cosenza Neves
Diretor Geral SEMASA/Carangola-MG



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Artigo 6º - Inciso XXIII – Lei 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

- 1.1. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Manutenção.
- 1.2. Os bens aqui dispostos são considerados pela Seção de Material e Patrimônio, como “Bens de Consumo”
- 1.3. Detalhamento do objeto e estimativa de quantidade:

Item	Cód.	Especificação	Unid.	Quant. Solicitada
1	12413	<p>Colete de sinalização com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">- Colete de sinalização de alta visibilidade, com 4 bolsos. confeccionado em tecido fluorescente 100% poliéster, combinado com faixas retrorrefletivas repelentes de água em X, com paralelas horizontais nas costas, verticais e horizontais na parte frontal, fechamento frontal em zíper. <p>Modelo Referencial:</p> 	UN	80
2	8960	<p>Botina de segurança ocupacional com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">-Botina com elástico lateral, confeccionada em couro legítimo na cor preta, indicada para utilização em atividades de construção civil, áreas produtivas, siderurgia e serviços gerais.-Deverá possuir biqueira de composite não metálica, leve, antimagnética, anticorrosiva e resistente a impactos e compressão, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com Certificado de Aprovação (CA) válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.-Cabedal com abas laterais para auxílio no calce, dorso acolchoado, forração interna e fechamento em elástico nas laterais. Palmilha de montagem em poliéster resinado com tratamento antibacteriano.-Solado em poliuretano (PU) bidensidade, antiderrapante, com sistema de absorção de impacto, resistente ao desgaste e injetado diretamente ao cabedal.-Referência de qualidade: produto com características equivalentes ou superiores às do EPI certificado sob o CA nº 47459, ou outro Certificado de Aprovação válido que comprove o atendimento integral às especificações técnicas exigidas.-O produto deverá possuir validade mínima de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de fabricação, gravada de forma permanente no calçado.-Numeração disponível do 33 ao 47, conforme demanda da Administração. <p>Modelo Referencial:</p>	PAR	135

				
3	12414	<p>Luva de segurança tricotada com as seguintes características: Luva de segurança tricotada em fibras sintéticas (nylon, poliéster ou equivalente), com revestimento palmar e ponta dos dedos em nitrilo ou nitrilo foam, proporcionando alta resistência à abrasão, rasgamento e desgaste, além de flexibilidade, tato e aderência no manuseio de blocos, pedras, ferramentas e materiais de pavimentação. punho tricotado elástico. -Referência de qualidade: produto com características equivalentes ou superiores às do EPI certificado sob o CA nº 46803, ou outro Certificado de Aprovação válido que comprove o atendimento integral às especificações técnicas exigidas. TAMANHOS P AO XG. Modelo Referencial:</p> 	PAR	100
4	12415	<p>Protetor auditivo tipo concha com as seguintes características: -Acoplável a capacete de segurança com encaixe lateral tipo slot universal, compatível com capacete Vonder Plus CA nº 14.712, classe B, ou equivalente técnico. Com hastes articuladas para posição de uso, descanso e afastamento. -Conchas em material termoplástico de alta resistência, com almofadas auriculares macias, substituíveis e de boa vedação. Atenuação sonora mínima de 15 dB (NRRsf ou índice equivalente). -Equipamento com Certificado de Aprovação (CA) nº 29.648 ou equivalente técnico que atenda integralmente às especificações exigidas, com CA válido na entrega. Indicado para uso em obras, ETA, manutenção, roçada, operação de máquinas, saneamento e atividades com exposição a ruído. Modelo Referencial:</p>	UN	80

				
5	12420	<p>Acoplador para protetor auditivo tipo concha com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Acoplador destinado à fixação de protetor auditivo tipo concha em capacete de segurança, confeccionado em material plástico de alta resistência (polipropileno ou equivalente), compatível com encaixe lateral tipo slot universal. -Específico para uso com capacete modelo Vonder Plus (CA nº 14.712), garantindo perfeita fixação e funcionamento do conjunto. -Deverá permitir a articulação do abafador para posições de uso, descanso e afastamento, sem folgas ou necessidade de adaptações. -Fornecido em par (lado direito e esquerdo). <p>Modelo Referencial:</p> 	UN	80
6	12416	<p>Botina de segurança ocupacional com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Confeccionada em microfibra na cor branca, com faixa cinza na parte inferior do calçado, indicada para utilização em áreas alimentícias, hospitalares, laboratoriais e demais ambientes que exijam higienização frequente e proteção contra choques elétricos em instalações de baixa tensão. -Cabedal em microfibra, com gáspea inteira, forração interna, fechamento em elástico nas laterais e aba para auxílio no calce. Dotada de biqueira em polipropileno (não metálica), palmilha higiênica com tratamento antibacteriano e palmilha de montagem em poliéster resinado. -Solado isolante em poliuretano (PU) bidensidade, antiderrapante, com sistema de absorção de impacto, resistente ao escorregamento em pisos cerâmicos contaminados por água e detergente, injetado diretamente ao cabedal. -O equipamento deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, atendendo às normas técnicas aplicáveis para proteção dos usuários. -Referência de qualidade: produto com características equivalentes ou superiores às do EPI certificado sob o CA nº 35841, ou outro Certificado de Aprovação válido que comprove o atendimento integral às especificações técnicas exigidas. <p>O produto deverá possuir validade mínima de 36 (trinta e seis) meses, contada da data de fabricação gravada de forma permanente no calçado.</p> <p>Numeração: do 33 ao 47, conforme demanda da Administração.</p> <p>Modelo Referencial:</p>	PAR	60



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026



2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 2.1. A presente contratação está fundamentada na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente em seu art. 6º, inciso XXIII, que define o Termo de Referência como documento necessário para a contratação de bens e serviços, e nos arts. 11 e 18, que tratam do planejamento da contratação e dos documentos técnicos exigidos.
- 2.2. Aplica-se, também, subsidiariamente, o disposto na **Lei nº 10.520/2002**, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão.
- 2.3. No que couber, observa-se ainda a **Lei Complementar nº 123/2006**, no que tange ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.4. O Estudo Técnico Preliminar é parte integrante deste procedimento licitatório e todas as informações necessárias encontram-se no mesmo.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI destinados aos servidores da equipe de manutenção do SEMASA/Carangola-MG, visando proporcionar condições adequadas de segurança, proteção e saúde ocupacional durante a execução das atividades operacionais desenvolvidas pela autarquia.
- 3.2. A aquisição contempla o fornecimento de coletes de sinalização, botinas de segurança, luvas de proteção, protetores auditivos e respectivos acessórios, observadas as especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis, de forma a atender às necessidades das atividades de manutenção, obras, saneamento, pavimentação, roçada e operação de equipamentos.
- 3.3. A contratação busca assegurar o cumprimento das normas de segurança do trabalho, reduzir riscos de acidentes ocupacionais, preservar a integridade física dos servidores e garantir a continuidade dos serviços públicos prestados pelo SEMASA/Carangola-MG com eficiência, segurança e qualidade.

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR AUDITIVO E ACOPLADOR

- 4.1. A referência ao protetor auditivo tipo concha CA nº 29.648 e ao respectivo acoplador compatível com o capacete Vonder Plus CA nº 14.712 decorre da necessidade de compatibilidade com os capacetes já utilizados pela Administração. A exigência visa garantir a correta fixação dos equipamentos, preservar as condições de segurança e ergonomia dos usuários, evitar adaptações que possam comprometer a eficácia da proteção individual e assegurar a padronização dos EPIs. Serão aceitos produtos equivalentes, desde que comprovem plena compatibilidade com o capacete especificado e atendimento integral às características técnicas exigidas.

5. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

- 5.1. Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI deverão atender integralmente às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente às disposições da NR-06 do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo ser novos, sem uso, de primeiro uso e isentos de defeitos de fabricação.
- 5.2. Todos os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação – CA válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego no momento da entrega, conforme especificações técnicas exigidas para cada item.
- 5.3. Os materiais deverão ser fornecidos pelo licitante vencedor do certame com todas as despesas inclusas, tais como frete, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos incidentes sobre o fornecimento.
- 5.4. Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, tampouco itens de qualidade inferior às referências indicadas na formalização da demanda, admitindo-se apenas produtos equivalentes tecnicamente, desde que atendam integralmente às exigências estabelecidas.
- 5.5. Os EPIs deverão apresentar adequada resistência, durabilidade, conforto e ergonomia, compatíveis com as atividades desempenhadas pela equipe de manutenção do SEMASA/Carangola-MG.
- 5.6. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados e acondicionados de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento, contendo identificação do fabricante, tamanho ou numeração, lote de fabricação e demais informações obrigatórias aplicáveis.
- 5.7. As numerações e tamanhos dos equipamentos serão informados pelo SEMASA/Carangola-MG no momento da emissão da ordem de fornecimento, observando-se as necessidades dos servidores usuários.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

- 5.8. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo SEMASA/Carangola-MG.
- 5.9. O SEMASA/Carangola-MG poderá solicitar a substituição de quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias, irregularidades, incompatibilidade com as especificações técnicas ou vícios de fabricação, sem ônus adicional para a Administração.
- 5.10. Os produtos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, observando-se, quando aplicável, a validade mínima exigida para cada item e as condições estabelecidas pelo fabricante.
- 5.11. A contratada deverá assegurar que os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com as atividades de manutenção, saneamento, operação de máquinas, obras e demais serviços executados pelos servidores do SEMASA/Carangola-MG, garantindo condições adequadas de proteção e segurança ocupacional.
- 6. EXECUÇÃO DO OBJETO:**
 - 6.1. O fornecimento dos materiais será de responsabilidade da contratada, incluindo todas as despesas com transporte, frete, seguros, tributos e demais encargos incidentes.
 - 6.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Autarquia, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.
 - 6.3. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
 - 6.4. A entrega deverá ser realizada no almoxarifado do SEMASA/Carangola-MG, situado à Rua Divino, nº 93, Centro, CEP 36800-040, sendo de responsabilidade da contratada os custos com transporte e descarga.
- 7. GESTÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**
 - 7.1. A execução do objeto será monitorada e avaliada pelos servidores designados pelo Diretor Geral da Autarquia, que serão responsáveis pela gestão e fiscalização da aquisição, observando-se as obrigações estabelecidas na Portaria SEMASA/CGA-039/2023.
- 8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:**
 - 8.1. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá protocolar a respectiva nota fiscal/fatura junto ao setor competente após a entrega do objeto ou a execução do serviço, observadas as condições de recebimento definitivo.
 - 8.2. O fiscal do contrato e o gestor do contrato, quando houver designação destes agentes, terão o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo da nota fiscal/fatura, para realizar a conferência da execução contratual, o atesto e a liquidação da despesa.
 - 8.3. Concluída a liquidação da despesa, o pagamento será efetuado pelo SEMASA/Carangola-MG em até 5 (cinco) dias úteis, observada a ordem cronológica de pagamentos.
 - 8.4. A nota fiscal/fatura deverá conter o número da respectiva nota de empenho e os dados bancários da CONTRATADA para pagamento, cuja titularidade deverá corresponder ao CNPJ ou CPF constante do instrumento contratual.
 - 8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, pendência na execução do objeto, documentação incompleta ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, a CONTRATADA será comunicada para promover a regularização necessária.
 - 8.6. O período compreendido entre a comunicação da pendência à CONTRATADA e sua efetiva regularização não será computado para fins de contagem dos prazos previstos nesta cláusula.
 - 8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, será observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a Administração promover a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa da obrigação.
 - 8.8. O pagamento será realizado mediante transferência bancária para conta indicada pela CONTRATADA ou por boleto bancário regularmente emitido.
 - 8.9. Em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pela Administração, poderá ser realizado pagamento por cheque, que deverá ser retirado na Tesouraria do SEMASA/Carangola-MG por representante legal ou procurador devidamente credenciado.
 - 8.10. É vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas e autorizadas pela legislação
- 9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**
 - 9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio da utilização da modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsto na legislação vigente e na natureza da contratação, tendo como vantagens:
 - 9.1.1. Maior transparência e competitividade;
 - 9.1.2. redução de custos e tempo;
 - 9.1.3. facilidade de participação de fornecedores de diferentes regiões;
 - 9.1.4. redução da possibilidade de fraudes e irregularidades.
 - 9.2. Critérios de Seleção:
 - 9.2.1. Além das exigências legais, a escolha do fornecedor levará em consideração o atendimento às especificações, conforme descritas neste Termo de Referência;
 - 9.2.2. o menor preço, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e legais;
 - 9.2.3. a regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e as respectivas declarações mediante apresentação dos documentos habilitatórios determinados no Edital;
 - 9.2.4. a garantia mínima do produto, conforme definido no edital.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

9.3. A proposta vencedora será aquela que apresentar o melhor equilíbrio entre qualidade, conformidade técnica e menor preço, respeitando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência, visando a garantia da boa qualidade do produto ofertado a custos mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos e a preservação do erário.

9.4. **O julgamento deste certame será o menor preço por item.**

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Conforme especificado no item nº 4 e seus subitens do Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste procedimento licitatório, juntamente com seus anexos que lhe dão suporte, na obtenção de valores de contratação foram compostos os valores unitários discriminados no quadro a seguir, sendo estes valores unitários o máximo aceitável para a contratação do objeto proposto conforme destacado a seguir:

Item	Código	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	12413	80	38,74	3.099,20
2	8960	135	146,51	19.778,85
3	12414	100	8,72	872,00
4	12415	80	70,95	5.676,00
5	12420	80	31,88	2.550,40
6	12416	60	176,49	10.589,40
VALOR GLOBAL ESTIMADO:				42.565,85

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As aquisições da licitação serão custeadas por recurso do Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura de Carangola - MG, à conta da dotação orçamentária rubrica: Função: 17 - Sub-Função: 512 - Programas: 0447-0449 - Atividade: 6002-6003 - Natureza/Despesa: 3.3.90.30.00.

CARANGOLA – MG, 09 DE JUNHO DE 2026

Brenda Santos Santana
Diretora Técnica
SEMASA/Carangola-MG



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 28/2026

Modalidade: Pregão nº 20/2026

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço Unitário

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Manutenção.

Observação: Proposta a ser cadastrada no sistema da "LICITANET" identificado somente com um código fornecido pelo próprio sistema, sem a identificação do fornecedor, visando atender o princípio da impessoalidade e preservação do sigilo da proposta.

Item	Cód.	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	12413	Colete de sinalização com as seguintes características: - Colete de sinalização de alta visibilidade, com 4 bolsos. confeccionado em tecido fluorescente 100% poliéster, combinado com faixas retrorrefletivas repelentes de água em X, com paralelas horizontais nas costas, verticais e horizontais na parte frontal, fechamento frontal em zíper.	UN	80				
2	8960	Botina de segurança ocupacional com as seguintes características: -Botina com elástico lateral, confeccionada em couro legítimo na cor preta, indicada para utilização em atividades de construção civil, áreas produtivas, siderurgia e serviços gerais. -Deverá possuir biqueira de composite não metálica, leve, antimagnética, anticorrosiva e resistente a impactos e compressão, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com Certificado de Aprovação (CA) válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. -Cabedal com abas laterais para auxílio no calce, dorso acolchoado, forração interna e fechamento em elástico nas laterais. Palmilha de montagem em poliéster resinado com tratamento antibacteriano. -Solado em poliuretano (PU) bidensidade, antiderrapante, com sistema de absorção de impacto, resistente ao desgaste e injetado diretamente ao cabedal. -Referência de qualidade: produto com características equivalentes ou superiores às do EPI certificado sob o CA nº 47459, ou outro Certificado de Aprovação válido que comprove o atendimento integral às especificações técnicas exigidas. -O produto deverá possuir validade mínima de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de fabricação, gravada de forma permanente no calçado. -Numeração disponível do 33 ao 47, conforme demanda da Administração.	PAR	135				
3		Luva de segurança tricotada com as seguintes características: Luva de segurança tricotada em fibras sintéticas (nylon, poliéster ou equivalente),	PAR	100				



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

	12414	com revestimento palmar e ponta dos dedos em nitrilo ou nitrilo foam, proporcionando alta resistência à abrasão, rasgamento e desgaste, além de flexibilidade, tato e aderência no manuseio de blocos, pedras, ferramentas e materiais de pavimentação. punho tricotado elástico. -Referência de qualidade: produto com características equivalentes ou superiores às do EPI certificado sob o CA nº 46803, ou outro Certificado de Aprovação válido que comprove o atendimento integral às especificações técnicas exigidas. TAMANHOS P AO XG.					
4	12415	Protetor auditivo tipo concha com as seguintes características: -Acoplável a capacete de segurança com encaixe lateral tipo slot universal, compatível com capacete Vonder Plus CA nº 14.712, classe B, ou equivalente técnico. Com hastes articuladas para posição de uso, descanso e afastamento. -Conchas em material termoplástico de alta resistência, com almofadas auriculares macias, substituíveis e de boa vedação. Atenuação sonora mínima de 15 dB (NRRsf ou índice equivalente). -Equipamento com Certificado de Aprovação (CA) nº 29.648 ou equivalente técnico que atenda integralmente às especificações exigidas, com CA válido na entrega. Indicado para uso em obras, ETA, manutenção, roçada, operação de máquinas, saneamento e atividades com exposição a ruído.	UN	80			
5	12420	Acoplador para protetor auditivo tipo concha com as seguintes características: -Acoplador destinado à fixação de protetor auditivo tipo concha em capacete de segurança, confeccionado em material plástico de alta resistência (polipropileno ou equivalente), compatível com encaixe lateral tipo slot universal. -Específico para uso com capacete modelo Vonder Plus (CA nº 14.712), garantindo perfeita fixação e funcionamento do conjunto. -Deverá permitir a articulação do abafador para posições de uso, descanso e afastamento, sem folgas ou necessidade de adaptações. -Fornecido em par (lado direito e esquerdo).	UN	80			
6		Botina de segurança ocupacional com as seguintes características: -Confeccionada em microfibras na cor branca, com faixa cinza na parte inferior do calçado, indicada para utilização em áreas alimentícias, hospitalares, laboratoriais e demais ambientes que exijam higienização frequente e proteção contra choques elétricos em instalações	PAR	60			



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

	12416	<p>de baixa tensão.</p> <p>-Cabedal em microfibra, com gáspea inteira, forração interna, fechamento em elástico nas laterais e aba para auxílio no calce. Dotada de biqueira em polipropileno (não metálica), palmilha higiênica com tratamento antibacteriano e palmilha de montagem em poliéster resinado.</p> <p>-Solado isolante em poliuretano (PU) bidensidade, antiderrapante, com sistema de absorção de impacto, resistente ao escorregamento em pisos cerâmicos contaminados por água e detergente, injetado diretamente ao cabedal.</p> <p>-O equipamento deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, atendendo às normas técnicas aplicáveis para proteção dos usuários.</p> <p>-Referência de qualidade: produto com características equivalentes ou superiores às do EPI certificado sob o CA nº 35841, ou outro Certificado de Aprovação válido que comprove o atendimento integral às especificações técnicas exigidas.</p> <p>O produto deverá possuir validade mínima de 36 (trinta e seis) meses, contada da data de fabricação gravada de forma permanente no calçado.</p> <p>Numeração: do 33 ao 47, conforme demanda da Administração.</p>					
--	-------	---	--	--	--	--	--